

BALANÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: ANÁLISE DO MODELO IBASE COM RELAÇÃO À TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS À SOCIEDADE

SOCIAL BALANCE IN THE THIRD SECTOR: IBASE MODEL ANALYSIS WITH RELATIONSHIP TO THE TRANSPARENCY AND ACCOUNTABILITY TO SOCIETY

IEDA MARGARETE ORO
TEREZINHA VICENTI
JORGE EDUARDO SCARPIN

IEDA MARGARETE ORO

Doutoranda em Ciências Contábeis e
Administração da Universidade Regional
de Blumenau (Furb).

E-mail: ieda.oro@unoesc.edu.br

Endereço: Rua Ewaldo Schwartz, 66,
Bairro Estrela - São Miguel do Oeste - SC
CEP 89.900-000.

TEREZINHA VICENTI

Doutoranda em Ciências Contábeis e
Administração da Universidade Regional
de Blumenau (Furb).

E-mail: terezinhavicenti@gmail.com

JORGE EDUARDO SCARPIN

Doutor em Controladoria e Contabilidade
pela Universidade de São Paulo (Usp)

E-mail: jscarpin@gmail.com

Resumo:

O objetivo do estudo é verificar como a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) utiliza o modelo de balanço social proposto pelo Ibase para atender os requisitos de transparência e de prestação de contas à sociedade. A pesquisa caracteriza-se como descritiva com abordagem qualitativa. O estudo desenvolveu-se na estrutura de caso com foco na análise documental do período de 2007 a 2011. Os resultados evidenciam que a Unoesc divulga anualmente as informações das origens e aplicações de recursos que indicam a sustentabilidade da organização. Como a Unoesc se trata de uma entidade beneficente de assistência social, concede bolsas integrais e parciais para acadêmicos socioeconomicamente carentes e apresentou aumento de 50% na distribuição de bolsas de estudo no período de análise. Por meio do comparativo dos balanços sociais da universidade, constata-se o desenvolvimento da responsabilidade social na instituição, que contribui de forma significativa para o desenvolvimento regional. As práticas de divulgação do balanço social da Unoesc, divulgado no modelo Ibase, atende os requisitos de transparência, por causa do detalhamento técnico e abrangente das informações que são declaradas. Entretanto, não é informado pela entidade se o documento é examinado e revisado por auditores externos, deixando uma lacuna para ser observada de forma a melhorar a transparência da prestação de contas à sociedade, conforme o que é requerido para atender o conceito de *accountability*.

Palavras-chave: Balanço social. Terceiro setor. Unoesc

Abstract: The objective of the study is to see how the University of the West of Santa Catarina (Unoesc) uses the model proposed by Ibase Social Balance to meet the requirements of transparency and accountability to society. The research is characterized as descriptive qualitative approach. The study was developed in the framework of the case focused on documentary analysis in the period 2007-2011. The results show that the Unoesc annually publishes the information of the origins and uses of funds indicating the sustainability of the organization. As this is a charity of Social Welfare, the Unoesc provides full and partial scholarships for academic and socioeconomically needy and increased by 50% distribution of scholarships during the analysis period. The comparative social swings University, notes the development of social responsibility in the institution, which contributes significantly to regional development. Disclosure practices of the Social Report Unoesc disclosed in Ibase model meets the requirements of transparency, the comprehensive technical and detail of information that are declared. However, it is not informed by the entity if the document is examined and reviewed by external auditors, leaving a gap to be observed in order to improve the transparency of accountability to society, as what is required to meet the concept of *accountability*.

Keywords: Social balance. Third sector. Unoesc.

Recebido em: 08.02.2013.
Revisado por pares em: 08.01.2014.
Aceito em: 11.02.2014.
Publicado em: 29.04.2014.
Avaliado pelo sistema double blind review.

1 INTRODUÇÃO

A evolução da contabilidade nos últimos tempos ampliou e melhorou a forma de divulgação de informações financeiras e não financeiras aos *stakeholders*, contribuindo para transparência e confiança (ROBERTS, 2009). As organizações de uma forma geral dependem de uma relação contratual com diversos agentes, entre estes, clientes e fornecedores, e regularmente precisam prestar contas (*accountability*) para a sociedade como uma entidade independente, evidenciando os benefícios sociais de uma organização dinâmica e atuante. Falconer (1999, p. 18) ressalta que *accountability* significa muito mais do que a divulgação de um “[...] relatório anual com dados de projetos e informações contábeis, mas representa uma postura de responsabilidade que se exercita no cotidiano da gestão, frente a públicos internos e externos”.

Segundo o Instituto Ethos (2014), a responsabilidade social empresarial consiste na “[...] forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade [...]”. Essa relação é consistente com o conceito de *accountability*, que envolve transparência com os *stakeholders*. Isso também é constatado por Cunha *et al.* (2010, p. 1), os quais mencionam que “[...] com a evolução da contabilidade, abrangendo um maior número de *stakeholders*, torna-se cada vez mais necessária a transparência de informações econômicas, financeiras e sociais que reflitam a realidade das organizações”.

A contabilidade financeira evidencia informações sobre o desempenho da organização de forma que retrate a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa. No entanto, informações de cunho social, relacionadas aos recursos humanos, meio ambiente e responsabilidade social não são destacadas nas demonstrações contábeis tradicionais (CUNHA *et al.*, 2010). Todavia, nos últimos anos, incentivou-se a publicação de relatórios com a finalidade de relatar as ações sociais, entre eles, o balanço social, o relatório de sustentabilidade e a demonstração do valor adicionado (DVA). O balanço social, em especial, é uma fonte de informações que avalia o compromisso e a transparência das organizações com a responsabilidade social (BENEVIDES; SANTOS, 2007). Já DVA é a grande fonte de informações que demonstra a riqueza gerada pela empresa e como é distribuída na sociedade (LUCA *et al.* 2009).

As ações socioambientais são incentivadas por institutos que possuem modelos próprios de divulgação das informações de cunho social e ambiental das empresas. O Instituto Ethos (2012) aponta que, no Brasil, o modelo mais utilizado é o desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Aná-

lises Sociais e Econômicas (Ibase), e mundialmente o mais utilizado é o modelo desenvolvido pelo *Global Reporting Initiative* (GRI). As diretrizes da GRI são na sua maioria usadas globalmente para a elaboração de relatórios de sustentabilidade (DOW JONES, 2011). Esses modelos, juntamente com outros institutos, estão tornando a divulgação de fácil acesso e possibilitam o acompanhamento das informações pelos usuários.

No Brasil, as entidades sem fins lucrativos, que compõem o terceiro setor, abrangem os espaços em que o governo é deficitário, como educação, saúde, assistência social, entre outros. Essas instituições buscam promover o bem-estar social dos indivíduos e da sociedade. Estão organizadas em associações, fundações, sindicatos, sociedades cooperativas, entidades filantrópicas e beneficentes de assistência social e se caracterizam como entidades imunes ou isentas (TACHIZAWA, 2002; NASCIMENTO; OLAK, 2008; YOUNG, 2009). Essas entidades, a cada ano, divulgam ou prestam contas de suas ações à sociedade.

De acordo com Machado (2009) e com dados do Inep (2006), o Brasil tinha 2.013 instituições de ensino superior (IES) cadastradas, totalizando 163 universidades. Destas, 8,1% são universidades comunitárias, o que já as coloca numa posição de responsabilidade e compromisso com a excelência na formação. Machado (2009) ressalta, ainda, que das 38 universidades comunitárias vinculadas à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), 25 são comunitárias, e, destas, 70% estão localizadas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

O sistema educacional que unifica o ensino superior em Santa Catarina é integrado por universidades federais, comunitárias, estaduais e privadas. De acordo com o portal do sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), as 17 instituições universitárias que integram o sistema possuem 136 mil alunos matriculados em 2011. A Unoesc possui 12% dessas matrículas, o que representa mais de 15 mil alunos e a torna a terceira universidade em número de alunos do estado de Santa Catarina. A instituição elabora e divulga anualmente o balanço social e a DVA desde 2001. Destaca-se ainda que a Fundação Unoesc também é mantenedora do Hospital Universitário Santa Terezinha (Hust) e atendeu, em 2011, mais de 86 mil pacientes subsidiados pelo SUS.

Nesse contexto, o problema que surge para pesquisa é: como a elaboração do balanço social pelo modelo Ibase atende (ou é suficiente para atender) os requisitos de transparência e de prestação de contas à sociedade, no caso da Unoesc? Portanto, o objetivo do estudo é verificar como a Unoesc utiliza o modelo de balanço social proposto pelo Ibase para atender os requisitos de transparência e de prestação de contas à sociedade.

Este estudo se justifica pela transparência que pode ser evidenciada pela divulgação do balanço social, assim como pelas ações sociais que afetam positivamente as comunidades que são beneficiadas pelos serviços oferecidos pela instituição. “Por sua natureza, as instituições de ensino superior devem se preocupar com a elaboração do Balanço Social, no que se refere ao seu aproveitamento na gestão do negócio, bem como na divulgação das ações na comunidade” (MARETH; SALVALAIO; RIBEIRO, 2010, p. 20). A divulgação de ações sociais por parte das organizações contribui para promover e fortalecer as relações de cooperação entre grupos de interesse, instituições públicas e privadas e a sociedade, em âmbito nacional e internacional.

Na sequência desta introdução, a segunda seção apresenta o referencial teórico, a terceira apresenta os métodos e procedimentos metodológicos da investigação, a quarta destina-se à exposição da análise e discussão dos resultados e, por fim, a quinta apresenta as considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção faz-se uma incursão teórica sobre o conceito de *accountability* e de terceiro setor e também se contextualiza sobre o balanço social.

2.1 ACCOUNTABILITY E TERCEIRO SETOR

Na concepção de Pinho e Sacramento (2009, p. 1348), “não existe um termo único que defina a palavra *accountability*, havendo que trabalhar com uma forma composta”. Entre os termos sugeridos por Pinho e Sacramento (2009, p. 1348) estão “[...] a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei [...]”. Responsabilidade e prestação de contas também são ressaltadas por Falconer (1999, p. 16), que “[...] na falta de expressão em língua portuguesa, *stakeholder accountability* refere-se à necessidade de transparência e ao cumprimento da responsabilidade da organização de prestar contas perante os diversos públicos que têm interesses legítimos diante delas”. No ponto de vista da teoria dos contratos e das relações existentes na sociedade, percebe-se sempre a ocorrência de uma delegação de poder, e como contrapartida, uma geração de responsabilidades (ASSIS; MELO; SLOMSKI, 2006). Nesse sentido, “[...] *accountability* é a obrigação de se prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder” (NAKAGAWA, 1993, p. 17). Falconer (1999, p. 16) menciona que os “*stakeholders* de uma organização e de outra podem ser completamente distintos, mas a necessidade de transparência diante destes permanece”. Messner (2009) chama a atenção para os limi-

tes de abrangência do termo *accountability*. Segundo o autor, deve-se refletir criticamente sobre a adequação da transparência como uma forma de prestação de contas. Nesse sentido, não só que envolve a elaboração e publicação dos relatórios contábeis, mas também pode ser vista como prestação de contas, pois, como a transparência, a prestação de contas é tornar visível “o que é” (ROBERTS, 2009).

A transparência e a prestação de contas incluem principalmente as entidades sem fins lucrativos, também denominadas de terceiro setor, definidas por Salamon (1997, p. 1): “[...] entretanto, não se pode deixar de falar na existência de um terceiro complexo de instituições, definido como ‘terceiro setor’ ocupando um distinto espaço social fora do mercado e do estado.” Alves (2002, p. 1) ressalta que terceiro setor é um termo “guarda-chuva” que inclui vários tipos de organizações e no qual, ao mesmo tempo, incluem-se também diferentes marcos teóricos. O termo “guarda-chuva” tem como precursor “Salamon, que reuniu no conceito de ‘*revolução associativa*’, fenômenos dos quais participam organizações não-lucrativas que se ligam por contrato ao setor público, um lado, e, de outro, as ONGs que lutam pelos direitos civis na América Latina” (ALVES, 2002, p. 7, grifo do autor). Contudo, responsabilidade e transparência abrangem todas as organizações e, na última década, a geração de informações econômicas e financeiras inclui as evidências procedentes da contabilidade, que ganhou notoriedade em função da convergência das normas internacionais.

A sustentabilidade das entidades, na sua maioria, decorre de fundos vindos de subvenções, doações e atividades econômicas voltadas à manutenção da instituição (YOUNG, 2009). Outras entidades, como as que trabalham sem fins lucrativos, possuem a cooperação entre o governo e o setor. Salamon e Anheier (1998) destacam que esse modelo se denomina corporativista e inclui a cooperação entre o governo e o setor sem fim lucrativo, sendo previsto nas fontes governamentais.

Outro ponto ressaltado por Falconer (1999, p. 17) refere-se à sustentabilidade da organização. É necessário o gestor conhecer e “[...] desenvolver todas as possibilidades disponíveis de obtenção de recursos, de maneira a tê-los em volume suficiente, de forma continuada e sem gerar dependência ou subordinação a nenhuma fonte individual de financiamento”. Ressalta-se que essas fontes podem ser de origem filantrópica ou mesmo pela prestação de serviços, mas devem gerar a sustentabilidade financeira da entidade. Segundo Machado (2009, p. 74), “[...] o termo filantrópico não é um modelo de universidade e sim uma condição que as instituições podem pleitear, desde que garantam, por exemplo, não visar a fins lucrativos”.

A transparência e prestação de contas envolvem todas as instituições com fins lucrativos ou não. No caso das

entidades sem fins lucrativos, há uma exigência natural de se reportar à sociedade, à divulgação de suas ações e à sustentabilidade, enquanto que, nas demais organizações com finalidades lucrativas, a divulgação das ações sociais ocorre de forma voluntária. Dobers (2009) menciona que os relacionamentos das empresas atingem vários interesses, entre eles, os sistemas culturais, ambientais, sociais e econômicos, e as atividades de negócios afetam diretamente os interesses da sociedade. Falconer (1999, p. 131) menciona que “[...] para atingir sucesso e, simultaneamente, maximizar o benefício social de sua atuação, as organizações devem, obrigatoriamente, prestar contas a alguém.” Dessa forma, Assis, Melo e Slomski (2006) mencionam a necessidade dos gestores dessas entidades de terceiro setor prestarem contas dos resultados obtidos, decorrentes da utilização dos recursos recebidos através de doações.

2.1 BALANÇO SOCIAL

O balanço social busca evidenciar “[...] o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído de recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade que atua” (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 7-8). Nesse sentido, nasceu da necessidade de evidenciar informações de cunho social e ambiental à sociedade. No Brasil, teve seu fastígio nos anos 90, quando foram realizados movimentos para que as empresas divulgassem as ações sociais e ambientais que praticavam. Também foram idealizados modelos de apresentação do balanço social, como, por exemplo, o do Ibase. Muitas organizações aderiram e passaram a divulgar desde então, enquanto outras divulgaram por algum tempo, mas deixando de publicar com o passar do tempo.

A demonstração do balanço social é de sociedade para a sociedade, pois nela estarão representados os recursos que foram obtidos e destinados à promoção humana, social e ambiental (KROETZ, 2000). Para Mazzioni e Tinoco (2005, p. 2), por meio “[...] do Balanço Social, surge a oportunidade da organização evidenciar essas potencialidades, demonstrando sua influência e participação na economia local, regional e nacional”. Barbieri (2006, p. 234) enfatiza que “[...] o balanço social resume em um documento único os principais dados que permitam avaliar a situação da empresa no domínio social [...]”, ou seja, compreende informações sobre projetos, benefícios e ações sociais voltados aos agentes internos e externos como instrumento de responsabilidade social.

O balanço social atende a diversos usuários e tem como finalidade evidenciar, de forma transparente, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades aos diferentes usuários (TINOCO; SOUZA, 2001). O Quadro 1

apresenta os principais usuários e os benefícios com a divulgação e publicação do balanço social.

Quadro 1 – Usuários e informações fornecidas na divulgação do balanço social

Usuários	Informações fornecidas
Dirigentes	Fornecem informações para que decidam sobre os programas e as responsabilidades sociais para a elaboração de projetos.
Empregados	Fornecem garantia de que as expectativas sejam atendidas nos níveis mais elevados, de forma sistematizada e quantificada.
Fornecedores e investidores	Repassam informações de como a empresa encara a responsabilidade em relação ao quadro humano, representando como é administrada.
Consumidores	Oferecem aproximação com a empresa e verificação da qualidade dos produtos.
Governo	Oferece subsídios para adequação de atividades do bem-estar individual e da comunidade.

Fonte: Elaboração própria a partir de Tinoco e Souza (2001).

De acordo com Tinoco e Kramer (2004), o balanço social passa a ser um instrumento que implica na responsabilidade e no dever de comunicar com exatidão os dados das atividades desenvolvidas pela empresa, cabendo à comunidade e aos usuários avaliarem, compreenderem e, se necessário, criticarem.

No Brasil, uma questão que gera polêmica em torno do balanço social é quanto à obrigatoriedade da publicação. Enquanto alguns entendem que seria obrigatória essa publicação, conforme a Lei Municipal nº 8.118/98 (PORTO ALEGRE, 1998; AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2001), outros acreditam que deve ser deixada a critério das empresas sua apresentação. Os defensores da obrigatoriedade entendem que será mais fácil de avaliar a função social da empresa se as informações forem padronizadas. Já os que defendem a não obrigatoriedade (INSTITUTO ETHOS, 2007; CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2004) apontam que o mercado e a comunidade são os que definirão a evolução e o amadurecimento do balanço social sem deixá-lo engessado em um modelo padrão, já que o padrão pode não ser o adequado para todos os ramos de atividade (RIBEIRO, 2006). O principal argumento para a obrigatoriedade está relacionado aos custos decorrentes e ao tipo de indicadores que deveriam ser apresentados (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2000). Na concepção de Machado *et al.* (2012, p. 6), “[...] o Balanço Social é uma demonstração voluntária, porém incentivada [...]”, já que a sociedade está buscando cada vez mais informações de cunho social.

Com relação às normas de estruturação e apresentação de informações de natureza social e ambiental no Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Resolução nº. 1.003/04 (referente à NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental), que estabelece que nenhuma entidade está obrigada a fazer e apresentar suas informações de natureza social e ambiental. Porém, aquelas que optarem por fazê-lo por meio da apresentação do balanço social devem adotar as orientações estabelecidas nessa resolução, ou seja, as informações de natureza social e ambiental são de responsabilidade do contador, as quais devem ser revisadas pelo auditor independente e publicadas com o seu parecer nas empresas submetidas à auditoria externa (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2004).

Rengel *et al.* (2012) realizaram uma pesquisa com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) da região do Alto Vale do Itajaí (SC) e constataram que os respondentes acham importante divulgar as ações sociais e fazem levantamento das ações por meio de relatórios de atividades. No entanto, a maioria não publica, mas consideram como um instrumento para dar transparência acerca das suas ações. Outro estudo realizado por Cunha *et al.* (2010) identificou as informações que uma organização hospitalar do terceiro setor dispõe para elaborar o balanço social conforme o modelo proposto pelo Ibase. O estudo concluiu que a instituição necessita aperfeiçoar alguns aspectos para

elaborar o balanço social conforme os preceitos do modelo Ibase. Apesar de alguns projetos sociais não terem sido evidenciados adequadamente, destaca-se a relevância dos serviços prestados à comunidade por essa organização hospitalar do terceiro setor, especialmente os atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Lira *et al.* (2011) realizaram um estudo de caso para verificar até que ponto a adoção do balanço social pode auxiliar na avaliação do desempenho institucional na área social da Fundação Joaquim Nabuco, por intermédio de uma melhor qualidade das informações divulgadas aos *stakeholders* internos.

Segundo Torres (2001), o modelo proposto pelo Ibase foi criado com a parceria de pesquisadores, técnicos e representantes de instituições públicas e privadas com apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para Barbieri (2006), tem por objetivo conhecer a sociedade de um modo geral, portanto, usuários indiferenciados, sobre os resultados das ações da empresa que traduzam sua concepção de responsabilidade social ampliada. Esse balanço é constituído de indicadores sociais internos e externos, ambientais, do corpo funcional e de informações quanto ao exercício da cidadania empresarial.

No Quadro 2, pode-se visualizar os grupos e informações que compõem o modelo Ibase para instituições sem fins lucrativos.

Quadro 2 – Grupos e informações que compõem o balanço social (Ibase) para o terceiro setor

Grupos	Informação
1) Identificação	a) Natureza jurídica; b) certificado de entidade beneficente de assistência social e isenção da cota patronal; c) utilidade pública; d) qualificação como Oscip.
2) Origem dos recursos	a) Recursos governamentais (subvenções); b) doações de pessoas jurídicas; c) doações de pessoas físicas; d) contribuições; e) patrocínios; f) cooperação internacional; g) prestação de serviços e/ou venda de produtos; h) outras receitas.
3) Aplicação dos recursos	a) Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal); b) pessoal (salários + benefícios + encargos); c) despesas diversas (somatório das seguintes despesas): operacionais, impostos e taxas, financeiras, de capital (máquinas + instalações + equipamentos) e outras (que devem ser discriminadas conforme relevância).
4) Indicadores sociais internos (ações e benefícios para os funcionários)	Alimentação, educação, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio creche, saúde, segurança e medicina no trabalho, transporte, bolsas e estágios.
5) Projetos, ações e contribuições para a sociedade	a) Assistência jurídica; b) diversidade, etnia e questão racial; c) educação popular e alfabetização de jovens e adultos; d) empreendedorismo, apoio e capacitação; e) combate à fome e segurança alimentar.
6) Outros indicadores	a) N° total de alunos(as); b) n° de alunos(as) com bolsas integrais; c) valor total das bolsas integrais; d) n° de alunos(as) com bolsas parciais; e) valor total das bolsas parciais; f) n° de alunos(as) com bolsas de iniciação científica e de pesquisa; g) valor total das bolsas de iniciação científica e de pesquisa.
7) Indicadores sobre o corpo funcional	a) N° total de empregados(as) ao final do período; b) n° de admissões durante o período; c) n° de prestadores(as) de serviço; d) % de empregados(as) acima de 45 anos; e) n° de mulheres que trabalham na instituição; f) % de cargos de chefia ocupados por mulheres; g) idade média das mulheres em cargos de chefia; h) salário médio das mulheres; i) idade média dos homens em cargos de chefia; j) salário médio dos homens; k) n° de negros(as) que trabalham na instituição; l) % de cargos de chefia ocupados por negros(as); m) idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia; n) salário médio dos(as) negros(as); o) n° de brancos(as) que trabalham na instituição; p) salário médio dos(as) brancos(as); q) n° de estagiários(as); r) n° de voluntários(as); s) n° portadores(as) de necessidades especiais; t) salário médio dos(as) portadores(as) necessidades especiais.
8) Qualificação sobre o corpo funcional	a) N° total de docentes: b) n° de doutores(as); c) n° de mestres(as); d) n° de especializados(as); e) n° de graduados(as); f) n° total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo; g) n° de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores); h) n° de graduados(as); i) n° de graduandos(as); j) n° de pessoas com ensino médio; k) n° de pessoas com ensino fundamental; l) n° de pessoas com ensino fundamental incompleto; m) n° de pessoas não alfabetizadas.
9) Informações quanto à ética, transparência e responsabilidade social	Relação entre a maior e menor remuneração, processo seletivos dos empregados, políticas de valorização do quadro funcional e dos alunos, seleção dos parceiros, processos democráticos para escolha dos dirigentes e comitê de ética.
10) Outras informações	Outras informações relevantes.

Fonte: Elaboração própria a partir do modelo de balanço social fornecido pelo Ibase (2012).

O modelo de balanço social proposto pelo Ibase para organizações do terceiro setor é elaborado com dez grupos que apresentam informações específicas sobre a divulgação das ações sociais da entidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida teve caráter descritivo com abordagem qualitativa. Quanto ao procedimento, constituiu-se de um estudo de caso. Segundo Yin (2010), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Raupp e Beuren (2006) acrescentam que o estudo de caso se caracteriza pelo aprofundamento do conhecimento em um único objeto de pesquisa, nesse caso a Unoesc. Para validar o estudo, utilizou-se de procedimentos, como o uso de documentos, questionário com questões abertas e observação.

Para a delimitação do estudo, selecionou-se a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), o que se justifica pela acessibilidade. A coleta de dados ocorreu por meio da análise documental (balanços sociais e demonstrações financeiras publicadas no período de estudo, 2007 a 2011). Os dados foram coletados em dezembro de 2012. Algumas dúvidas em relação à elaboração do balanço social foram esclarecidas pelo setor de controladoria da Unoesc, com contato via *e-mail* (em 9 de janeiro de 2013), por meio de três questões abertas, que tratavam de projetos sociais, filantropia e distribuição de bolsas de estudo. As questões foram respondidas pela *controller* da Unoesc. Neste estudo, a observação foi realizada por meio da constatação e visita *in loco* à Unoesc em janeiro de 2013.

A análise e a interpretação dos resultados realizaram-se por meio de análise descritiva, o que permitiu o exame de um conjunto de ações relacionado com a responsabilidade social e a sua divulgação. Os dados foram apresentados na forma de tabelas, identificando-os de forma mais objetiva, para melhor compreensão do estudo. Cabe destacar que o estudo limita-se a uma única IES, não sendo possível generalizar os resultados, devido a especificidades de cada instituição.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, contextualiza-se, primeiramente, o caso em que foi desenvolvido o estudo e, na sequência, os resultados descritivos e a análise das informações relatadas pela entidade no balanço social.

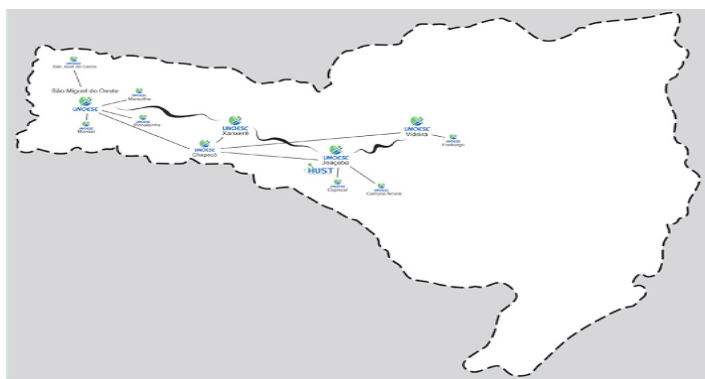
4.1 DESCRIÇÃO DA UNOESC

A Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc) é uma instituição, com sede em Joaçaba (SC), criada pelo poder público com autorização de entidade filantrópica. Resultou do esforço para integrar o ensino superior na região do oeste catarinense. A unificação, em 1991, de três instituições de ensino superior existentes na região desde o final da década de 1960 e início da década de 1970 deu origem a essa universidade multicampi, comunitária e sem fins lucrativos. Sua história se mistura à história de milhares de famílias, buscando a emancipação do ser humano, criando alternativas para evoluir e expandir sua compreensão do mundo e criando oportunidade de aprimoramento intelectual (UNOESC, 2012).

A Unoesc é a terceira maior IES entre as 15 que compõem a Acafe (LÜCKMANN, 2009). Tem por missão “Formar pessoas, produzir conhecimento e oferecer extensão e serviços, promovendo o desenvolvimento institucional e regional.” Deseja “Ser referência no Sul do Brasil pela excelência acadêmica, produção e disseminação do conhecimento e pela atuação como agente de desenvolvimento regional.” Cultiva os valores da ética, do humanismo, da cooperação, do comprometimento, da responsabilidade social, da inovação e da solidez (LÜCKMANN, 2009).

A sua área geográfica vai desde Santa Cecília, no planalto central catarinense, até a fronteira com a Argentina, atingindo o sudoeste do Paraná e o noroeste do Rio Grande do Sul. A instituição oferece cursos de graduação e pós-graduação, voltados ao desenvolvimento humano, social, cultural e científico, a uma população de mais de um milhão de pessoas (UNOESC, 2012). Atua em cinco microrregiões: Joaçaba, onde se localiza a reitoria, Videira, São Miguel do Oeste, Xanxerê e Chapecó. No ano de 2009, adquiriu as Faculdades Integradas Exponencial (FIE), quando começou a atuar mais diretamente na região de Chapecó. Na Figura 1 apresenta-se a área geográfica abrangida pela Unoesc.

Figura 1 - Área geográfica abrangida pela Unoesc



Fonte: Unoesc (2012).

A instituição trabalha academicamente com as ordenações de cursos e projetos. As áreas de conhecimento são instâncias encarregadas de planejar, coordenar e avaliar as atividades, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão. As áreas de conhecimento consistem em: Área das Ciências Exatas e da Terra (Acet), Área das Ciências Humanas e Sociais (ACHS), Área das Ciências Sociais Aplicadas (ACSA) e Área das Ciências Biológicas e da Saúde (ACBS).

4.2 DISCUSSÃO E RESULTADOS DA PESQUISA

O primeiro bloco de informações, proposto pelo modelo Ibase, refere-se à identificação da instituição. Constatou-se que os dados solicitados foram respondidos e caracterizados pela IES. Constatou-se que a IES atende os requisitos propostos pelo modelo Ibase, caracterizando-se como organização do terceiro setor sem fins lucrativos,

atendendo aos dispostos legais quanto à natureza jurídica, à assistência social, aos registros, à utilidade pública e como Oscip.

O segundo bloco de informações (Tabela 1) apresenta as fontes de recursos da IES.

De acordo com a Tabela 1, percebe-se que a maioria dos recursos para a sustentabilidade da entidade tem origem na prestação de serviços, apresentando média de 93,5% no período. O recurso originário dessa verba é na sua maioria decorrente de mensalidades de cursos de graduação e pós-graduação. No período de 2007 a 2011, a IES elevou em 65,7% a receita total. Percebe-se que os recursos governamentais apresentam valores pouco significativos na geração das receitas e que o ano que mais obteve esse recurso foi 2007, com 1,3%, ficando os demais anos com menos de 1%. Foram excluídas dessa tabela os itens contribuições, patrocínios e cooperação internacional, por não apresentar valores no período de análise.

Na sequência, o terceiro bloco de informações do modelo Ibase apresenta as aplicações de recursos da IES.

De acordo com a Tabela 2, pode-se observar que a maior parte dos recursos é destinada a sua atividade fim, ou seja, financiar a prestação de serviços. Nesse sentido, anualmente são canalizados mais de 50% das despesas totais para despesas com pessoal em forma de salários, benefícios e encargos. Como se trata de uma instituição de caráter filantrópico, parte dos recursos tem sido destinado a projetos, programas e ações sociais. Observa-se que, no período em análise, que somente em 2008 houve menos de 10% aplicados em projetos e ações que envolvem as comunidades locais, porém, mesmo assim esse percentual representa 12

Tabela 1 – Origem dos recursos (valores em mil reais)

Origem dos recursos	2011	%	2010	%	2009	%	2008	%	2007	%
Recursos governamentais (subvenções)	173.772	0,10	58.479	0,04	1.124.600	0,74	798.967	0,61	1.505.104	1,30
Doações de pessoas jurídicas	1.088.456	0,62	668.214	0,41	546.800	0,36	701.715	0,54	349.622	0,30
Doações de pessoas físicas	72.236	0,04	51.993	0,03	29.517	0,02	65.334	0,05	44.474	0,04
Prestação de serviços	163.801.718	93,06	153.910.433	94,62	141.218.392	93,09	122.752.486	94,04	108.150.585	93,45
Outras receitas	10.890.245	6,19	7.975.480	4,90	8.777.714	5,79	6.219.956	4,76	5.685.085	4,91
Receitas totais	176.026.427	100	162.664.599	100	151.697.023	100	130.538.458	100	115.734.870	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 - Aplicação dos recursos (valores em mil reais)

Aplicação dos recursos	2011	%	2010	%	2009	%	2008	%	2007	%
Projetos, programas e ações sociais	22.688.070	13,38	20.981.410	12,90	16.067.059	10,78	12.284.697	8,91	12.316.197	10,15
Pessoal (salários + benefícios + encargos)	90.620.267	53,45	82.562.729	50,8	77.829.767	52,22	69.913.546	50,70	62.551.824	51,54
Despesas diversas	56.220.519	33,16	59.118.881	36,3	55.146.519	37,00	55.704.790	40,39	46.490.669	38,31
Despesas totais	169.528.856	100	162.664.599	100	149.043.345	100	137.903.033	100	121.358.690	100

Fonte: Elaboração própria.

milhões de reais. A aplicação total do período atinge o montante de mais de 80 milhões de reais. Com relação às despesas diversas, estas indicam recursos destinados a impostos, despesas financeiras e despesas de manutenção do capital, que representam em média 37%.

No bloco 4 do modelo Ibase consta os indicadores sociais internos cujo percentual é calculado sobre a receita total (RT) da instituição. Na Tabela 3 são apresentados esses dados da IES.

Ao analisar os indicadores sociais internos, percebe-se nos percentuais dos valores totais referentes a benefícios aos colaboradores a redução de quase 3% no período de análise. Observa-se que, de 2007 para 2008, todos os indicadores avançaram, mas declinaram nos anos seguintes. Comparando 2011 em relação a 2010, três indicadores não reduziram: auxílio creche, bolsa estágio e transporte. Os demais apresentaram diminuição de valores em relação à receita total. Com relação ao item saúde, apesar do percentual ter diminuído a cada ano, constata-se que os valores destinados a essa verba têm aumentado, pois a entidade dispõe plano de saúde aos técnico-administrativos e professores. O benefício de auxílio-creche somente foi contemplado nos anos de 2010 e 2011 e não evidenciado nos anos anteriores. Destaca-se que não houve distribuição de valores em educa-

ção e segurança e medicina no trabalho. Outra constatação não evidenciada pelo modelo e também não informada pela IES são os valores destinados à previdência complementar, que poderiam ser incluídos no modelo Ibase.

O quinto bloco de informações do modelo Ibase é destinado a investimentos de projetos, ações e contribuições para a sociedade, conforme apresenta a Tabela 4.

Na Tabela 4, percebe-se que, no período de 2007 a 2009, a universidade direcionou em média 20% dos recursos para projetos sociais, mas, de forma gradual, foi redirecionando esses recursos para bolsas de estudo. Entre os programas e projetos desse período, constam os seguintes projetos: Unoesc comunidade, Serviço de atendimento jurídico, Tecendo a vida, Educação e vida, Projeto de alfabetização regional, Saúde e vida e Mundo do trabalho. Esses programas envolviam um número significativo de crianças, adolescentes e idosos nos municípios de abrangência da entidade. A partir de 2010, redirecionou os recursos para os estudantes de graduação em forma de bolsas integrais e parciais, para subsidiar mensalidades dos alunos. O direcionamento para bolsas de estudo ocorreu em virtude de nova regulamentação do MEC (quem certifica as IES), que ocorreu em 2009. Para manter os programas e projetos, a Unoesc deveria criar uma fundação mantenedora separada

Tabela 3 – Indicadores sociais internos (valores em mil reais)

Indicadores sociais internos	2011	% RT	2010	% RT	2009	% RT	2008	% RT	2007	% RT
Alimentação	933.488	0,53	887.405	0,55	791.842	0,52	829.681	0,64	554.535	0,48
Capacitação profissional	1.945.424	1,11	1.902.696	1,17	1.707.531	1,13	1.636.683	1,25	854.768	0,74
Auxílio-creche	129.080	0,07	20.989	0,01	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Saúde	1.235.459	0,70	1.201.881	0,74	1.039.758	0,69	923.325	0,71	895.191	0,77
Transporte	200.214	0,11	181.882	0,11	638.849	0,42	617.304	0,47	629.144	0,54
Bolsas/estágios	1.769.676	1,01	1.565.403	0,96	3.715.973	2,45	4.466.990	3,42	3.430.884	2,96
Outros	3.746.228	2,13	3.549.953	2,18	3.115.201	2,05	2.859.646	2,19	2.202.561	1,90
Total	9.959.569	5,66	9.310.209	5,72	11.009.154	7,26	11.333.632	8,68	8.567.083	7,40

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4 – Projetos, ações e contribuições para sociedade (valores em mil reais)

Projetos, ações e contribuições para a sociedade	Período de análise				
	2011	2010	2009	2008	2007
Bolsa de estudo	22.645.873	20.935.370	15.361.304	11.255.958	11.541.681
Nº de pessoas beneficiadas	7.902	4.977	5.129	4.683	5.299
Apoio aos alunos bolsistas	709.698	732.226	-	-	-
Nº de pessoas beneficiadas*	7.902	4.977	-	-	-
Projetos sociais	-	-	4.833.640	6.111.881	5.447.774
Nº de pessoas beneficiadas	-	-	9.465	14.895	20.216
Atendimento SUS	16.087.348	11.937.688	10.073.511	9.116.059	6.912.631
Nº de pessoas beneficiadas	86.102	31.592	71.369	47.969	44.899
Valores totais	39.440.119	33.605.284	30.972.455	26.483.899	23.895.988
Total de pessoas beneficiadas	94.004	36.569	85.963	67.547	70.414

Fonte: Elaboração própria.

Nota: * Não foi somado, pois são os mesmos alunos do item anterior.

daquela que mantém a universidade, exclusivamente voltada às atividades de assistência social, porém, nesse caso, a entidade concluiu não ser viável para a instituição.

As bolsas de estudo são distribuídas por meio de critérios específicos que identificam a necessidade de carência do aluno. Em 2011, em torno de 42% estudaram com gratuidades integrais ou parciais, financiadas com recursos próprios ou públicos (governo federal, estadual ou municipal).

Outra constatação refere-se às pessoas beneficiadas no atendimento de pessoas realizado pelo Hospital Universitário Santa Terezinha (Hust). O Hust tem uma estrutura instalada de 122 leitos e uma média de ocupação de 60% desses leitos (2009 a 2011). São oferecidos serviços de pequena, média e alta complexidade com o propósito de gabaritar-se

como um centro de formação técnico-científico na área da saúde, atendendo as necessidades da população da região do meio-oeste catarinense. O Hust atendeu, em 2011, 86.102 pessoas pelo SUS, sendo 25% em internações e pacientes-dia e 75% em serviços ambulatoriais.

O sexto bloco de informações do balanço social no modelo Ibase apresenta outros indicadores.

A Tabela 5 demonstra que a Unesco aumenta a cada ano a quantidade de alunos beneficiados com bolsas integrais e parciais. Nas bolsas integrais foram beneficiados, no período de análise, 7.935 alunos. No ano de 2011, 2.556 alunos foram beneficiados com bolsas Prouni, Fumdes e Fundosocial. Outra forma de distribuição de bolsas é a parcial. Nessa categoria, 20.055 alunos foram beneficiados com bolsas de estudo institucionais (filantropia) em que são con-

Tabela 5 – Outros indicadores (valores em mil reais)

Outros indicadores	2011	2010	2009	2008	2007	Total
Nº total de alunos(as)	18.787	19.168	17.825	16.489	16.565	88.834
Nº alunos com bolsas integrais	2.556	2.098	1.551	1.041	689	7.935
Valor total das bolsas integrais	3.778.734	13.357.321	9.512.237	5.896.173	3.778.735	36.323.200
Nº alunos com bolsas parciais	5.346	2.879	3.578	3.642	4.610	20.055
Valor total das bolsas parciais	7.762.946	7.578.050	5.849.067	5.359.785	7.762.946	34.312.794
Nº de alunos com bolsas de iniciação científica e de pesquisa	245	205	151	119	180	900
Valor total das bolsas de iniciação científica e de pesquisa	853.914	515.109	445.508	355.569	n.d	2.170.100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6 – Indicadores do corpo funcional

Indicadores sobre o corpo funcional	2011	2010	2009	2008	2007
Nº total de empregados(as) ao final do período	1.969	1.929	1.939	1.721	1.639
Nº de admissões durante o período	692	610	750	627	492
Nº de prestadores(as) de serviço	1.500	855	779	732	1.579
% de empregados(as) acima de 45 anos	52%	25%	24%	25%	23%
Nº de mulheres que trabalham na instituição	1.172	1.131	1.138	1.011	951
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	8%	49%	47%	48%	8,6%
Idade média das mulheres em cargos de chefia	40	40	39	39	36
Salário médio das mulheres	2.356	1.767	1.597	1.527	2.252
Idade média dos homens em cargos de chefia	42	42	42	43	40
Salário médio dos homens	3.155	2.220	2.037	2.024	2.710
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	133	123	124	97	55
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	4%	2%	1%	1%	0,2%
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	45	41	49	38	47
Salário médio dos(as) negros(as)	1.459	1.134	1.003	939	1.777
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	1.836	1.803	1.815	1.624	1.584
Salário médio dos(as) brancos(as)	2.820	2.010	1.832	1.780	1.670
Nº de estagiários(as)	50	68	90	110	171
Nº de voluntários(as)	0	0	13	9	8
Nº portadores(as) de necessidades especiais	15	13	13	12	11
Salário médio dos portadores(as) necessidades especiais	1.489	2.379	2.103	2.016	1.083

Fonte: Elaboração própria.

cedidos percentuais de 25 e 50% de gratuidade e também são contemplados pelo Art. 170 da Constituição Estadual de Santa Catarina. Além dessas bolsas, destaca-se, também, o aumento proporcional das bolsas de iniciação científica que fomentam a pesquisa. Nesse indicador, 900 alunos receberam o recurso durante o período de 2007 a 2011.

Na sequência apresentamos os indicadores do corpo funcional, que são as informações do bloco 7 do modelo Ibase.

Nos indicadores do corpo funcional, percebe-se relativa estabilidade na quantidade de funcionários, assim como nas admissões no período de análise, 2011, quando a instituição finalizou o ano com 1.969 colaboradores. No entanto, a quantidade de prestadores de serviços aparece inconstante, ou seja, ao comparar 2011 ao ano anterior percebe-se um aumento de 80%. Outro dado que chama a atenção é o de que 60% dos funcionários são mulheres, mas nos anos de 2007 e 2011 apenas 8% são dos cargos são ocupados por elas. Quanto à questão salarial, observa-se que o valor médio do salário pago às mulheres é em torno de 20% menor do que o pago aos homens. Ressalta-se que a entidade possui um plano de cargos e salários que regulamenta a remuneração dos funcionários. Com relação à quantidade dos funcionários negros, aumentou gradualmente no período analisado, de 55, em 2007, para 133 em 2011.

Constatou-se também que a participação dos funcionários com necessidades especiais representa menos de 1% na Unoesc, não atendendo à Lei nº 8.213/91 (BRASIL, 1991). Para cumprir essa lei, as empresas com mais de cem empregados são obrigadas a destinar de 2% a 5% de suas vagas para portadores de necessidades especiais, corroborando o resultado do estudo de Oro, Renner e Braun (2013), que constatou o não cumprimento da lei em empresas privadas.

O oitavo bloco de informações do modelo Ibase exibe a qualificação do corpo funcional de docentes e técnico-administrativos. Destaca-se que foi acrescentada a coluna de percentuais ao modelo do Ibase para melhor visualização dos resultados.

Com relação à qualificação dos docentes, percebe-se pouca variação nos anos de análise. O menor percentual recai sobre docentes com titulação de doutor, ou seja, de 5 a 7% no período. Os professores com titulação de mestre atingem 42%, em 2011, e o menor percentual, 27%, em 2010. Os professores com titulação de especialista representam maior percentual na instituição, correspondendo a 46%, em 2011, sendo que o maior percentual foi em 2010, com 50%. O percentual de docentes graduados atinge uma média de 5% em 2011.

Machado (2009) ressalta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior (LDBES), ao estabelecer um percentual de mestres e doutores como requisito para a manutenção da condição de universidade, constitui elementos básicos para a prática da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas normatizações obrigaram as instituições a se mobilizarem para investir em pesquisa, contratar doutores e criar programas de pós-graduação. A Unoesc possui cinco programas de mestrado: dois aprovados em 2013 (Biociências e Saúde e Ciência e Biotecnologia), dois aprovados em 2012 (Mestrado Profissional em Administração e em Direito) e um aprovado em 2007 (Educação).

Quanto à qualificação do corpo técnico-administrativo, em 2011, 15% são de funcionários que possuem curso de pós-graduação e 42% são de graduados ou graduandos. Outro dado que chama a atenção é de um percentual significativo de funcionários com ensino médio, corres-

Tabela 7 – Qualificação do corpo funcional

Corpo funcional	2011	2010	%	2009	%	2008	%	2007	%
Nº de doutores(as)	71	60	6	53	5	57	7	52	6
Nº de mestres(as)	417	361	37	396	41	359	41	348	42
Nº de especializados(as)	450	489	50	455	47	391	45	371	45
Nº de graduados(as)	49	60	6	71	7	65	7	61	7
Nº total de docentes	987	970	100	975	100	872	100	832	100
Corpo técnico-administrativo	2011	2010	%	2009	%	2008	%	2007	%
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	148	142	15	138	14	96	11	93	12
Nº de graduados(as)	217	210	22	214	22	200	24	188	23
Nº de graduandos(as)	192	173	18	183	19	155	18	149	18
Nº de pessoas com ensino médio	242	249	26	239	25	224	26	206	26
Nº de pessoas com ensino fundamental	72	74	8	77	8	75	9	72	9
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	111	108	11	112	12	97	11	98	12
Nº de pessoas não alfabetizadas	0	0	0	1	0	2	0	1	0
Total de funcionários	982	956	100	964	100	849	100	807	100

Fonte: Elaboração própria.

pondendo a 25% em 2011, e 18% com ensino fundamental completo e incompleto.

Com relação ao nono bloco do balanço social (Ibase), ele expõe informações quanto à ética, transparência e responsabilidade social, destacando que apenas uma informação não é evidenciada - a que trata da relação entre a maior e menor remuneração. As demais informações são relatadas, inclusive com práticas institucionalizadas quanto a processos seletivos, políticas de ações, diversidade, práticas sociais e ambientais com os *stakeholders*, comitês de ética, participação dos empregados no planejamento e processos eleitorais democráticos. No item política de diversidade, consta no balanço social de 2011 políticas de valorização para negros, portadores de necessidades especiais e carentes.

Constatou-se que as ações sociais promovidas por entidades do terceiro setor apresenta consonância com outros estudos nacionais que revelaram a importância da divulgação do balanço social como fonte de informações para os *stakeholders* (MARETH; SALVALAIO; RIBEIRO, 2010; CUNHA *et al.*, 2010; LIRA *et al.*, 2011). Entretanto, a divulgação do balanço social pelas entidades não é obrigatória, mas o balanço é caracterizado como informações de caráter voluntário (IBASE, 2012). Esse conceito de interação com outras partes interessadas numa base voluntária está em conformidade com a literatura internacional (DOBERS, 2009). Dobers (2009) entende que se trata do compromisso da empresa para contribuir com o desenvolvimento econômico sustentável, da mesma forma que ações de responsabilidade social melhoraram a confiança e a transparência entre os usuários das informações, destacado por Dobers (2009) como cidadania corporativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo verificar como o modelo de balanço social proposto pelo Ibase para uma IES comunitária cumpre os requisitos de transparência e de prestação de contas à sociedade. O estudo foi desenvolvido na Unesco, por meio da comparação dos balanços sociais referentes ao período de 2007 a 2011.

Destaca-se que esse modelo de IES (filantrópica e comunitária) presente em várias regiões de Santa Catarina e também em outros estados do Brasil se estabeleceu como um motor de desenvolvimento de suas comunidades. Vale ressaltar, que por meio de instituições dessa natureza, o ensino superior se consolidou, com pesquisa, ensino e extensão, em áreas tecnológicas, humanas e sociais, assim como capacitou recursos humanos e promoveu efetivamente o desenvolvimento regional. Sabe-se que, onde o ensino superior público e gratuito não está presente, as IES de caráter

comunitário oportunizam o acesso de muitas pessoas ao conhecimento e à profissionalização.

Além disso, esse estudo permitiu verificar as ações sociais internas e externas que são desenvolvidas junto ao corpo funcional, alunos e comunidade, atividades que contribuem para o planejamento das estratégias e a manutenção da condição de entidade filantrópica. Constatou-se a consolidação de uma cultura de responsabilidade social e de prestação de contas à sociedade ratificada pela análise comparativa dos balanços sociais do período analisado, corroborando o estudo de Mareth, Salvalaio e Ribeiro (2010).

Assim, percebe-se que as práticas de divulgação do balanço social da Unesco divulgadas no modelo Ibase atende os requisitos de transparência por causa do detalhamento técnico e da abrangência das informações que são declaradas. Entretanto, não é informado pela entidade se o documento é examinado e revisado por auditores externos, deixando uma lacuna para ser observada, de forma a melhorar a transparência da prestação de contas à sociedade e atender ao conceito de *accountability*. Ratificando a contribuição do estudo, recomenda-se a utilização do modelo de balanço social (IBASE, 2012) para instituições de terceiro setor, a fim de melhorar a confiança e a transparência entre os *stakeholders*.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Resolução Aneel n.º 444, de 26 de outubro de 2001*. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/bres2001444.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- ALVES, M. A. Terceiro setor: as origens do conceito. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26., 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: Anpad, 2002. 1 CD-ROM.
- ASSIS, M. S.; MELLO, G. R.; SLOMSKI, V. Transparência nas entidades do terceiro setor: a demonstração do resultado econômico como instrumento de mensuração de desempenho. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 3, 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2006. 1 CD-ROM.
- ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS. Boletim estatístico do Sistema ACAFE. Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://www.acafe.org.br/new/index.php?endereco=boletim/estatistica_indice.php>. Acesso em: 4 jan. 2013.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Balanço social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa*: relato setorial, n. 2. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/>>

- export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/social02.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- BARBIERI, J. C. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BENEVIDES, G.; SANTOS, K. Balanço social: rumos e perspectivas. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO UNIFENAS, 6., 2007, Bahia. *Anais...* Bahia: Unifenas, 2007.
- BRASIL. *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 4 jan. 2013.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução nº 1.003, de 19 de agosto de 2004*. Aprova a NBC T 15: informações de natureza social e ambiental. Brasília, 2004. Disponível em: <http://crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1003.htm>. Acesso em: 4 jan. 2013.
- CUNHA, P. R. *et al.* Balanço social no terceiro setor: análise do nível de adesão ao modelo Ibase de uma organização hospitalar. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 29, n. 3, p. 76-93, 2010.
- DOBERS, P. Corporate social responsibility: management and methods. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Chichester, v. 16, n. 4, p. 185-191, 2009.
- DOW JONES SUSTAINABILITY INDICES, 2014. Index family overview.: Disponível em: <http://www.sustainability-indices.com/index.jsp> >. Acesso em: 20 abr. 2014.
- FALCONER, A. P. *A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20promessa%20do%20terceiro%20setor%20-%201.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2012.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. *Balanço social 2007*. Joaçaba: Unoesc, 2008.
- _____. *Balanço social 2008*. Joaçaba: Unoesc, 2009.
- _____. *Balanço social 2009*. Joaçaba: Unoesc, 2010.
- _____. *Balanço social 2010*. Joaçaba: Unoesc, 2011.
- _____. *Balanço social 2011*. Joaçaba: Unoesc, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Publique seu balanço social*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>>. Acesso em: 31 dez. 2012.
- INSTITUTO ETHOS. *O balanço social e a comunicação da empresa com a sociedade*. São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/6O-Balan%C3%A7o-Social-e-a-](http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/6O-Balan%C3%A7o-Social-e-a-Comunica%C3%A7%C3%A3o-da-Empresa-com-a-Sociedade.pdf)
- Comunica%C3%A7%C3%A3o-da-Empresa-com-a-Sociedade.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- _____. *Perguntas frequentes: o que é Responsabilidade Social Empresarial?* São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3344&Alias=ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- IUDÍCIBUS, S. *et al.* *Manual de contabilidade societária*. São Paulo: Atlas, 2010.
- KROETZ, C. E. S. *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- LIRA, Z. B. *et al.* Balanço social como instrumento para avaliação das ações sociais de instituições públicas: uma proposta à fundação Joaquim Nabuco. *Gestão.Org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 9, n. 1, 2011.
- LUCA, M. M. M. *et al.* *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LÜCKMANN, L. C. Universidade do Oeste de Santa Catarina: sua inserção no processo de desenvolvimento regional. In: SCHMIDT, J. P. (Org.). *Instituições comunitárias: instituições públicas não estatais*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009. p. 375-381.
- MACHADO, A. M. N. Universidades comunitárias: um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. In: SCHMIDT, J. P. (Org.). *Instituições comunitárias: instituições públicas não estatais*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009. p. 69-87.
- MACHADO, M. A. V. *et al.* Análise da relação entre investimentos socioambientais e a inclusão de empresas no índice de sustentabilidade empresarial (ise) da BM&FBOVESPA. *Revista de Ciências da Administração*, v. 14, n. 32, p. 141-156, 2012.
- MARETH, T.; SALVALAIO, D.; RIBEIRO, C. F. Balanço social em uma instituição de ensino superior no Rio Grande do Sul. *ConTexto*, v. 10, n. 17, p. 19-29, 2010.
- MAZZIONI, S.; TINOCO, J. E. P. Balanço social para uma fundação universitária. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005.
- MESSNER, M. The limits of accountability. *Accounting, Organizations and Society*, v. 34, n. 8, p. 918-938, 2009.
- NAKAGAWA, M. *Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação*. São Paulo: Atlas, 1993.
- NASCIMENTO, D. T.; OLAK, P. A. *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- ORO, I. M.; RENNER, S.; BRAUN, M. Informações de natureza socioambiental: análise dos balanços sociais das empresas integrantes do índice de sustentabilidade empresarial da BM&F Bovespa. *Revista de Administração da UFSM*, Santa Maria, v. 6, p. 247-262, 2013.
- PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n.6, p. 1343-1368, 2009.
- PORTO ALEGRE. *Lei n. 8.118, de 05 de janeiro de 1998*. Cria o balanço social das empresas estabelecidas no âmbito do município de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre, 1998. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?u=/netahtml/sirel/avancada.html&p=4&r=71&f=G&d=ATOS&l=20&s1=\(BALANCO\)..](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?u=/netahtml/sirel/avancada.html&p=4&r=71&f=G&d=ATOS&l=20&s1=(BALANCO)..) RELA. Acesso em: 05 fev. 2014.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-93.
- RENGEL, S. *et al.* Importância do Balanço Social para as Entidades do Terceiro Setor sob a Ótica dos Gestores das APAEs da Região do Alto Vale do Itajaí/SC. *Pensar Contábil*, v. XIV, p. 5-15, 2012.
- RIBEIRO, M. S. *Contabilidade ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- ROBERTS, J. No one is perfect: the limits of transparency and an ethic for “intelligent” accountability. *Accounting, Organizations and Society*, v. 34, p. 957-970, 2009.
- SALAMON, L. M. *America's nonprofit sector: a primer*. 2. ed. New York: The Foundation Center, 1997.
- SALAMON, L. M.; ANHEIMER, H. K. Social origins of civil society: explaining the nonprofit sector cross-nationally. *International journal of voluntary and nonprofit organization*, v. 9, n. 3, p. 213-248, 1998.
- TACHIZAWA, T. *Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação*. São Paulo: Atlas, 2002.
- TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.
- TINOCO, J. E. P.; SOUZA, H. *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.
- TORRES, C. Responsabilidade social das empresas (RSE) e balanço social no Brasil. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. S. (Orgs.). *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 15-31.
- UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. *Histórico: uma evolução percebida ao longo do tempo*. Chapecó, 2012. Disponível em: <http://www.unoesc.edu.br/unoesc/historico>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- _____. *Missão, visão e valores*. Chapecó, 2012. Disponível em: <http://www.unoesc.edu.br/unoesc/missao>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- YOUNG, L. H. B. *Entidades sem fins lucrativos: imunidade e isenção tributária*. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2009.